

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021
- MEDICAMENTOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS UBS -

EVANDRO ANTÔNIO BRANDALISE, Prefeito Municipal de Vila Flores - RS, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 4676/2016 e Lei Federal nº 8.666/93, torna público que a Pregoeira e a Equipe de Apoio, se reunirão com a finalidade de receber as PROPOSTAS e DOCUMENTOS das empresas interessadas em fornecer Medicamentos, Materiais e Equipamentos para uso da UBS, conforme segue:

| <u>Assunto</u> | <u>Local</u> | <u>Data</u> | <u>Horário</u> |
|---------------------------------------|--|-------------|----------------|
| ENTREGA DO ARQUIVO DIGITAL - ANEXO IV | Email: licitacao2@pmvilaflores.com.br | 06/09/2021 | até as 17h |
| ABERTURA | Setor de Licitações | 08/09/2021 | 08h30min |

Objeto:

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA USO DA UBS.

Critério de Julgamento:

MENOR PREÇO POR ITEM.

1 - OBJETO:

O objeto da presente licitação é a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA USO DA UBS, a serem adquiridos e entregues durante o ano de 2021, conforme necessidade, conveniência e demanda do Município, de acordo com as **descrições e especificações constantes no Termo de Referência (Anexo VII)**.

A aquisição será compatível com a quantidade necessária para a manutenção junto à Unidade Básica de Saúde. As quantidades representam estimativas, podendo sofrer variação, de acordo com a demanda.

A finalidade desta licitação é obter a proposta mais vantajosa para cada item, pela sua descrição/especificação.

Observação 01: Os preços, individuais e totais, devem ser cotados com TRÊS CASAS DECIMAIS APÓS A VÍRGULA.

Observação 02: Até o dia 06/09/2021, as licitantes interessadas em participar do certame deverão ENTREGAR ARQUIVO DIGITAL DA PROPOSTA, conforme ANEXO IV, com os respectivos valores das propostas iniciais devidamente digitados e nomes dos laboratórios fabricantes, através do e-mail licitacao2@pmvilaflores.com.br.

Observação 03: O PRAZO PARA ENTREGA DOS MEDICAMENTOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS será de até 15 (quinze) dias após a efetivação do(s) pedido(s), sujeito as penalidades previstas no item 13 em caso de descumprimento.

2- ESPECIFICAÇÕES:

2.1 - Os medicamentos, materiais e equipamentos a serem entregues deverão ser de qualidade;

2.2 - Caso os medicamentos éticos sejam de igual valor dos genéricos, deverão optar pelos éticos;

2.3 - Caso os medicamentos similares bioequivalentes sejam de igual valor dos similares, deverão optar pelos similares bioequivalentes;

2.4 - Prazo de validade dos medicamentos: **MÍNIMO de 18 (dezoito) meses**, contados da data de sua entrega.

2.5 - Os medicamentos cotados devem ser **GENÉRICOS e/ou ÉTICOS ou SIMILARES BIOEQUIVALENTES e/ou SIMILARES**.

2.6 - Os licitantes deverão cotar os preços individuais dos itens, os quais poderão ser adquiridos conforme necessidade, disponibilidade orçamentária e conveniência da Administração Pública.

3 - PARTES INTEGRANTES DESTE EDITAL:

Integram o presente Edital para todos os fins, especialmente para conhecimento mais amplo dos compromissos a serem assumidos, os anexos que o acompanham, a saber:

ANEXO I – MODELO DE CREDENCIAMENTO;

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO IV – ARQUIVO DIGITAL PROPOSTA;

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO;

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DO PRAZO RECURSAL;

ANEXO VII – TERMO DE REFERÊNCIA.

4 - APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 10 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE VILA FLORES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO)

AO MUNICÍPIO DE VILA FLORES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021
ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO)

5 - REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO:

5.1 - A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto à Pregoeira, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

5.1.1 - A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

5.2 - A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 5.3 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

5.3 - O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, se empresa individual.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos demais atos inerentes ao certame.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

c) Declaração de Idoneidade e Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.

5.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

5.5. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 9.15 a 9.18 e 10.3 deste Edital, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração, firmada por contador ou representante legal da empresa, ou qualquer outro documento oficial que comprove que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

6. RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

6.1 - No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, a Pregoeira, inicialmente, receberá os envelopes nº 01 - PROPOSTA e nº 02 - DOCUMENTAÇÃO.

6.2 - Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

6.3 - A Pregoeira realizará o credenciamento das interessadas, as quais deverão:

a) comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame;

b) apresentar, ainda, declaração de idoneidade e de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

7 - PROPOSTA DE PREÇO:

7.1 A proposta, cujo prazo de validade mínimo é fixado pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser apresentada em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

a) razão social da empresa;

b) descrição completa do produto ofertado e demais dados técnicos;

c) preço unitário líquido, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora;

d) prazo de validade da proposta, que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.

Observação: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço de três casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver também em eventual contratação.

7.2 – Com relação aos materiais e equipamentos, deverá constar na Proposta a Marca do item cotado.

7.3 – Com relação aos medicamentos:

7.3.1 - Deverão ser apresentados nomes dos laboratórios e não nomes comerciais, sob pena de desclassificação do item;

7.3.2 - Os medicamentos que não tenham Certificado de Boas Práticas, não devem ser cotados, sob pena de desclassificação do item;

7.3.3 – Deverá ser apresentado juntamente com a Proposta:

a) **Autorização de Funcionamento da Empresa Distribuidora (AFE), emitido pela ANVISA ou Diário Oficial**, em conformidade com a Lei n.º 9.782/99 e Medida Provisória nº 2190-34/01, em nome da licitante.

b) **Certificado de Registro do Produto no Ministério da Saúde, emitido pela ANVISA ou (Portaria nº 3.785), Diário Oficial**, devendo as FOLHAS DO REGISTRO DO PRODUTO ser numeradas com o mesmo número do ITEM.

c) **Licença Sanitária Estadual ou Municipal.**

8 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

8.1 - Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

8.2 - Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

8.3 - No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor, até a proclamação da vencedora.

8.4 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.5 - A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida à ordem prevista nos itens 8.3 e 8.4.

8.5.1 - Dada a palavra à licitante, esta poderá apresentar nova proposta.

8.6 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.6.1 - A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a R\$ 0,001 (zero vírgula zero zero um centavo).

8.7 - Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 13 deste edital.

8.8 - O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

8.9 - Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo a Pregoeira negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

8.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pela Pregoeira, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.11 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, a Pregoeira verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

8.12 - A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

8.13 - Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b)** forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c)** afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 7 do Edital;
- d)** contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no Edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.14 - Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no Edital.

8.15 - Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as Microempresas e as Empresas de Pequeno.

8.15.1 - Entendem-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela Microempresa e pela Empresa de Pequeno Porte, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

8.16 - Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A Microempresa, e a Empresa de Pequeno Porte detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 05 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa e a empresa de pequeno porte, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 9.15.1 deste Edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea *a* deste item.

8.17 - Se nenhuma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte satisfizer as exigências do item 8.16 deste Edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

8.18 - O disposto nos itens 8.15 a 8.17, deste Edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

8.19 - Da sessão pública do pregão será lavrada Ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

8.20 - A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto ser esclarecidas previamente junto ao setor de Licitações deste Município, conforme subitem 14.1 deste edital.

8.21 - Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

9 - HABILITAÇÃO:

9.1 - Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

9.1.1 - Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/02;

9.1.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.1.2.1 - Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 9.1.2, a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto item 5 deste edital.

9.1.3 - REGULARIDADE FISCAL:

a) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

b) prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

e) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9.1.4 - REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.2 - Para as empresas cadastradas no Município de Vila Flores, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

Observação: Caso algum dos documentos fiscais obrigatórios, exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

9.3 - A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 9.1.3, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 5 (cinco) dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

9.3.1 - Ocorrendo a situação prevista no item 9.3, a sessão do pregão será suspensa, podendo a Pregoeira fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

9.3.2 - O benefício de que trata o item 9.3 não eximirá a Microempresa, e a Empresa de Pequeno Porte da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

9.3.3 - A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 9.3, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 10.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 13.1, alínea *a*, deste Edital.

9.4 - O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder da Pregoeira pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

10 - ADJUDICAÇÃO:

10.1 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

10.2 - Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, a Pregoeira inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que a Pregoeira poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

10.3 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará as licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

11 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

11.1 - Tendo o licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

11.2 - Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

11.3 - A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

11.4 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

12 - PRAZOS E GARANTIA:

12.1 - Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (dias), convocará os participantes classificados para a assinatura dos Contratos, sob pena de decair do direito à contratação.

12.2 - O termo inicial do contrato será o de sua assinatura e o final ocorrerá em 31 de dezembro de 2021.

13 - PENALIDADES:

13.1 - Pelo inadimplemento das obrigações, sejam na condição de participante do pregão ou de contratada, as licitantes, estarão sujeitas às seguintes penalidades, conforme a infração:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 02 anos;

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 02 anos;

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 02 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento);

f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 02 anos e multa de 8%;

g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 02 anos e multa de 10%;

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 anos e multa de 10%.

13.1.1 As multas serão calculadas sobre o valor total do contrato.

13.1.2 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

13.1.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14 - DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1 - Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Vila Flores, junto ao Setor de Licitações – Secretaria de Administração, sito na Rua Fabiano Ferretto, nº 200, Bairro Centro, CEP 95334-000, Vila Flores – RS, ou pelos telefones/fax (54) 3447 1313 / 1300, no horário das 07h30min às 11h30min, e 13h00min às 17h00min, ou ainda pelo *e-mail*: licitacao2@pmvilaflores.com.br, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

14.2 - Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição junto ao setor de Licitações do Município para todos os interessados.

14.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

14.4 - Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de fax e telefone.

14.5 - Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião ou por servidor, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

14.6 - As cópias extraídas da internet dos documentos referidos no item 9.1.3, alíneas *b*, *c* e *d*, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração.

14.7 - A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por

conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/, sobre o valor inicial contratado.

14.8 - Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

14.9 - A fiscalização do contrato ficará ao encargo da Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social.

14.10 - A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei nº 8.666/1993).

14.11 - Fica eleito o Foro da Comarca de Veranópolis/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Vila Flores, 20 de agosto de 2021.

EVANDRO ANTÔNIO BRANDALISE
Prefeito Municipal

Visto:

Adv. Denise Arisi
OAB/RS 63.385
Assessora Jurídica.

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr. (a)....., portador(a) do RG nº..... e do CPF nº....., a participar da licitação instaurada pelo Município de Vila Flores/RS, na modalidade de Pregão Presencial nº 050/2021, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa....., CNPJ nº....., bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local e data

Assinatura do(s) dirigente(s) da empresa
(firma reconhecida)

Nome do dirigente da empresa

Obs.: Este credenciamento deverá vir acompanhado, obrigatoriamente, de cópia do respectivo contrato social em vigor ou instrumento equivalente que comprove a capacidade legal do outorgante.

| |
|-----------------|
| ANEXO II |
|-----------------|

PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, para fins do Pregão Presencial nº 050/2021, que a empresa, CNPJ nº, não foi declarada inidônea, para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do art. 87 da Lei 8.666/93, bem como a inexistência de fato superveniente impeditivo para contratação com o Poder Público, sendo que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha a alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Assinatura do representante Legal
Carimbo do CNPJ

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO

A empresa, CNPJ nº, com sede em, por seu representante legal, DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação em processo licitatório no Município de Vila Flores – RS, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme inciso VII do Art. 4º da Lei Federal nº 10520/2002.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Assinatura do representante Legal
Carimbo do CNPJ

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO
- AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA USO DA UBS -

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE VILA FLORES, entidade de direito público interno, CNPJ nº 91.566.869/0001-53, sito à Rua Fabiano Ferretto, 200, Vila Flores/RS, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. Evandro Antônio Brandalise, e

CONTRATADA:

(NOME DA EMPRESA CONTRATADA), CNPJ nº xxxxxx, localizada na (endereço completo da empresa contratada), representada neste ato por xxxxxx.

OBJETO e FUNDAMENTO:

O presente contrato disciplina a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA USO DA UBS, oriundo do processo de Licitação nº 159/2021, na modalidade PREGÃO nº 050/2021, regido pela Lei 8.666/93, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

I - PREÇO: A CONTRATADA se obriga, na forma estabelecida no Edital, e nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, cujas condições integram o presente Contrato, na entrega de medicamentos/materiais/equipamentos para uso da UBS, conforme descrições, especificações, quantidades e valores a seguir discriminados:
(...)

II- FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento da aquisição será a vista (em até 10 dias), contados de cada entrega, mediante a apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), com o devido aceite da Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - ENTREGA DO OBJETO

A CONTRATADA entregará os medicamentos/materiais/equipamentos na sede do Contratante, **em até 15 (quinze) dias após a efetivação de cada pedido**, não sendo estabelecidas quantidades mínimas por pedido, sendo que no ato da entrega dos itens os mesmos serão conferidos pela Comissão designada para tanto.

CLÁUSULA TERCEIRA - PROPOSTA

O preço apresentado é o da proposta, sem reajustamentos.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO

Este contrato terá prazo de duração até 31/12/2021.

Parágrafo Único: havendo prevalência do interesse público, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente, independente do prazo de duração ou da quantidade consumida pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas da presente avença correrão conforme o estabelecido na confirmação de dotação orçamentária do pedido de compras nº 159/2021.

CLÁUSULA SEXTA - FATOS IMPEDITIVOS

Ocorrentes motivos de caso fortuito ou de força maior impeditivos da entrega do objeto, deverá a contratada comunicá-las por escrito ao Contratante. Enquanto perdurarem tais motivos, ficam suspensos os direitos e deveres decorrentes do contrato.

Parágrafo Único: na ocorrência das hipóteses acima, ao CONTRATANTE fica assegurado o direito de chamar novo fornecedor, respeitadas as condições ou licitações, enquanto perdurar a suspensão.

CLÁUSULA SÉTIMA - QUALIDADE DOS MEDICAMENTOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Os medicamentos e/ou materiais e/ou equipamentos deverão ser entregues conforme laboratório/marca apresentado na proposta, sendo que os mesmos poderão ser recusados e devolvidos até obterem a especificação e qualidade necessária.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

Pelo inadimplemento das obrigações, a Contratada, conforme a infração, estará sujeita às seguintes penalidades:

- a) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;*
- b) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento);*
- c) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 02 anos e multa de 8%;*
- d) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 02 anos e multa de 10%;*
- e) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 anos e multa de 10%.*

Parágrafo Primeiro - As multas serão calculadas sobre o valor total do contrato.

Parágrafo Segundo - As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

Parágrafo Terceiro - Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nas seguintes situações:

I- UNILATERALMENTE: determinado por ato unilateral e escrito da Administração, quando

prevalecer o interesse público, sem direito a ressarcimento de prejuízos futuros ao ato da rescisão;

II- AMIGAVELMENTE: por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III- JUDICIALMENTE, nos termos da legislação.

IV- Quando ocorrer qualquer das situações previstas nos arts. 77 a 80 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Primeiro: A inexecução parcial ou total do contrato enseja a sua rescisão, nos termos do art. 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93, os casos do art. 78, inciso 1 a XI, fica estabelecido multa, em favor do CONTRATANTE, de 10% (dez por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Parágrafo Segundo: O contratante poderá rescindir unilateralmente o presente contrato, na forma do art. 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, sem que assista a contratada qualquer indenização, ressalvada aquela prevista no § único art. 59.

CLÁUSULA DÉCIMA - PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o presente contrato no prazo de 05 (cinco) dias da homologação da licitação, sujeitará o mesmo a multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato estimado, para esses efeitos e os da cláusula anterior, no valor da quantidade total da proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CESSÃO E SUBSTABELECIMENTO DE DIREITOS

Não é permitida a cessão do presente contrato, parcial ou total, sob pena de rescisão e aplicação das sanções legalmente previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo da Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - MANUTENÇÃO DO CONTRATO

A contratada se obriga a manter, durante a execução do contrato, todas as condições e requisitos atinentes ao objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FUNDAMENTAÇÃO

O contrato será regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93, e alterações, sem prejuízo das demais legislações pertinentes e Pregão Presencial nº 050/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Veranópolis, para dirimir litígios decorrentes da presente avença, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e acordadas, assinam as partes o presente contrato, em três vias de igual teor e forma, depois de lido e achado conforme, juntamente com duas testemunhas.

Vila Flores, xx de xxxxxx de 2021.

(REPRESENTANTE)
(EMPRESA CONTRATADA)

EVANDRO ANTÔNIO BRANDALISE
Município de Vila Flores

Testemunhas:

01) _____
CPF:

02) _____
CPF:

Visto:

Adv. Denise Arisi
OAB/RS 63.385
Assessora Jurídica.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DO PRAZO DE RECURSO

Pregão Presencial nº: 050/2021
Processo de Licitação nº: 159/2021

A Empresa, declara e torna público que renuncia ao prazo recursal relativo à fase de habilitação, previsto no art. 109 da Lei n.º 8.666/93 e alterações, relativo ao Edital de Pregão Presencial nº 050/2021.

Vila Flores, de xx de xxx de 2021.

(Nome e assinatura do
responsável legal pela empresa)

Obs.: A presente declaração é de caráter facultativo, visando somente agilizar os trâmites licitatórios.

ANEXO VII

TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa(s) objetivando o fornecimento de MEDICAMENTOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA USO DA UBS, a serem adquiridos e entregues durante o ano de 2021, conforme necessidade, conveniência e demanda do Município, de acordo com as **descrições e especificações**, quantidades e demais critérios definidos neste Termo de Referência e no Edital de Pregão Presencial nº 050/2021.

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | QUANT | VALOR UNITÁRIO REFERÊNCIA | VALOR TOTAL REFERÊNCIA |
|--|--|--------|-------|---------------------------|------------------------|
| MEDICAMENTOS | | | | | |
| 01 | ATROPINA SULFATO, 0,5MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1ML | AMPOLA | 100 | R\$ 2,33 | R\$ 233,00 |
| 02 | MORFINA SULFATO 10MG/ML - SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 60ML | FRASCO | 50 | R\$ 25,05 | R\$ 1.252,50 |
| 03 | DIPIRONA SODICA GOTAS 500MG/ML 10 ML | FRASCO | 500 | R\$ 0,92 | R\$ 460,00 |
| 04 | PARACETAMOL GOTAS 200 MG/ML 10 ML | FRASCO | 500 | R\$ 0,85 | R\$ 425,00 |
| MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA USO MÉDICO, ODONTOLÓGICO E ENFERMAGEM | | | | | |
| 05 | CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO FLEXÍVEL 20 COM DISPOSITIVO PASSIVEL DE SEGURANÇA. Agulhado radiopaco, estéril, descartável, calibre 20. Confeccionado em poliuretano, agulha de paredes finas em aço inox, siliconizada, com bisel trifacetado, afiado, sem rebarbas, resíduos ou sinais de oxidação. Sistema passivo de segurança contra acidentes com perfurocortantes. Cânula confeccionada em poliuretano com resistência, flexibilidade e espessura adequadas, de modo a impedir a formação de rugas, torções ou rachaduras, com canhão em plástico transparente rígido atóxico, com encaixe tipo luer capaz de garantir conexões seguras e sem vazamento, protegido por plástico rígido, filtro hidrófobo. Câmara de visualização transparente. Uso único. Esterilizado em óxido de etileno de acordo com NBR 10555-5. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do | UN | 100 | R\$ 3,47 | R\$ 347,00 |

| | | | | | |
|----|--|--------|-----|---------------|---------------|
| | produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e/ou prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. Apresentar amostra na abertura da licitação. | | | | |
| 06 | TORNEIRINHA, material plástico rígido transparente, tipo sistema 3 vias, uso orientador de fluxo direcionado, conector luer slip c/tampa protetora, esterilidade estéril, uso descartável, tipo conexão 2 conectores fêmeas e 1 macho. | UN | 100 | R\$ 2,54 | R\$ 254,00 |
| 07 | Bicarbonato de sódio pó ultrafino para profilaxia e jateamento, sabor menta, frascos 100 gramas. | FRASCO | 3 | R\$ 42,93 | R\$ 128,79 |
| 08 | Bicarbonato de sódio pó ultrafino para profilaxia e jateamento, sabor morango, frascos 100 gramas. | FRASCO | 3 | R\$ 42,93 | R\$ 128,79 |
| 09 | Seringa de 1 ml com agulha 13x4,5 (removível). | UN | 600 | R\$ 0,67 | R\$ 402,00 |
| 10 | Saco de lixo verde, 30 litros. | UN | 800 | R\$ 2,10 | R\$ 1.680,00 |
| 11 | Saco de lixo verde, 20 litros. | UN | 800 | R\$ 2,05 | R\$ 1.640,00 |
| 12 | Saco de lixo laranja, 30 litros. | UN | 100 | R\$ 2,10 | R\$ 210,00 |
| 13 | Cama Hospitalar, com 8 posições, motorizada 8, elétrica com colchão. Cama Fowler com cabeceiras removíveis em PEAD (Polietileno de alta densidade) termoplástico injetado de alta resistência; Chassi leito (Superior) construído em tubo perfurado de Aço Carbono; Estrado articulado em chapa de Aço Carbono ABNT 1020; pontos para suporte de soro; Quatro grades laterais em Polietileno de alta densidade, termoplástico injetado de alta resistência com sistema de retração linear, através de amortecedor pneumático que permitem o recolhimento para baixo leito, facilitando a transferência do paciente, com sistema de segurança trava e destrava; Movimentos Fowler, Semi-Fowler, Sentado, Flexão de Pernas, Vascular, Elevação de Leito, Poltrona, Trendelemburg e Proclive acionados por quatro atuadores lineares com caixa de comando blindada com grau | UN | 1 | R\$ 12.903,59 | R\$ 12.903,59 |

| | | | | | |
|----|--|----|---|---------------|---------------|
| | de proteção IPX6. Display com indicação do ângulo de inclinação fixado nas laterais; Alavanca de acionamento em situação de emergência; Motorização com grau de proteção IPX6; Com rodízios de 4", com freio de dupla ação em diagonal; Chassi Inferior construído em tubo perfilado de Aço Carbono, revestido por carenagem; Altura do leito mínima de 410mm e 710mm máximo (do piso à superfície do estrado) – com rodizio de 4"(100mm) ou mínimo 460mm e 770mm máximo com rodizio de 6"(150mm); Extensor de leito (espaço útil de 2020mm passa a 2315mm); Alimentação elétrica: 100-240V – 50/60 Hz - (bivolt); Capacidade máxima: 280Kg Comprimento: 1900 mm , Largura: 900 mm, Altura mínima: 410 mm e Altura máxima: 710 mm | | | | |
| 14 | Caixa térmica com termômetro digital acoplado externo de máxima e mínima, 15 lts, longa vida útil, com isolamento térmico, atóxica e de fácil higienização, alça rígida com trava de segurança. Revestimento interno poliuretano (PU) | UN | 2 | R\$ 810,00 | R\$ 1.620,00 |
| 15 | Termômetro digital interna e externa com cabo extensor com visor de fácil leitura para medir a temperatura máxima e mínima para caixa térmica. | UN | 4 | R\$ 203,33 | R\$ 813,32 |
| 16 | Monitor cardíaco multiparamétrico portátil. Características: Para pacientes adultos e infantil, Tela de 12.1 polegadas; Portátil – com alça incorporada ao Monitor; Comunicação em rede; Bateria interna recarregável; Alimentação: 100 a 240 Vac. Automático; 6 Parâmetros Vitais Monitorados de Série: Eletrocardiograma (ECG), Oximetria de Pulso (SPO2), Pressão não Invasiva (PNI), Temperatura 2 Canais, Respiração. Equipamento acompanha cabos e acessórios para verificação de pressão não invasiva adulto e pediátrico, oximetria adulto e pediátrico e eletrodos compatíveis. | UN | 1 | R\$ 13.466,67 | R\$ 13.466,67 |

A aquisição será compatível com a quantidade necessária para a manutenção junto a Unidade Básica de Saúde. As quantidades representam estimativas, podendo sofrer variação, de acordo com a demanda.

A finalidade desta licitação é obter a proposta mais vantajosa para cada item, pela sua descrição/especificação.

Os preços, individuais e totais, devem ser cotados com TRÊS CASAS DECIMAIS APÓS A VÍRGULA.

Até o dia 06/09/2021, as licitantes interessadas em participar do certame deverão ENTREGAR ARQUIVO DIGITAL DA PROPOSTA, conforme ANEXO IV, com os respectivos valores das propostas iniciais devidamente digitados e nomes dos laboratórios fabricantes, através do e-mail licitacao2@pmvilaflores.com.br.

O PRAZO PARA ENTREGA DOS ITENS será de até 15 (quinze) dias após a efetivação do(s) pedido(s), sujeito as penalidades previstas no Contrato em caso de descumprimento, não sendo estabelecidas quantidades mínimas por pedido, sendo que no ato da entrega dos itens os mesmos serão conferidos pela Comissão designada para tanto.

Os medicamentos cotados devem ser GENÉRICOS e/ou ÉTICOS ou SIMILARES BIOEQUIVALENTES e/ou SIMILARES. Caso os medicamentos éticos sejam de igual valor dos genéricos, deverão optar pelo ético. Caso os medicamentos similares bioequivalentes sejam de igual valor dos similares, deverão optar pelos similares bioequivalentes.

Os medicamentos deverão ser entregues conforme laboratório apresentado na proposta, sendo que os mesmos poderão ser recusados e devolvidos até obterem a especificação e qualidade necessária.

Os materiais e equipamentos deverão ser entregues conforme marca apresentada na proposta, sendo que os mesmos poderão ser recusados e devolvidos até obterem a especificação e qualidade necessária.

Prazo de validade dos medicamentos: MÍNIMO de 18 (dezoito) meses, contados da data de sua entrega.